



A reserva nhambiquara foi estabelecida pela Funai no ano passado.

Deputados do PDS acusados de grilagem

PEDRO DEL PICCHIA

Os deputados Antonio Morimoto (PDS-SP), Roberto Cruz (PDS-MT) e o secretário de Interior e Justiça do Mato Grosso (do Norte), Domingos Sávio Brandão de Lima, entre outros, fazem parte e animam um "lobby" cuja finalidade é impedir a demarcação de reservas indígenas naquele Estado. A denúncia é da Comissão Pró-Índio de São Paulo, cujos membros estão, neste momento, preocupados com a questão das terras dos índios nhambiquaras.

Antonio Morimoto, segundo a denúncia, é irmão de um grande fazendeiro com terras em Mato Grosso e ultimamente visitou várias vezes a Funai para fazer pressão junto aos responsáveis pelo órgão do Ministério do Interior encarregado da tutela dos povos indígenas. Igualmente, Roberto Cruz escreveu cartas à Funai e está combatendo o estabelecimento das reservas. No entanto, o mais aguerrido adversário da demarcação é o secretário Sávio Brandão de Lima, para quem a Funai é uma entidade "expansionista" que prejudica o desenvolvimento do Estado de Mato Grosso.

PORTARIAS

A última iniciativa do "lobby" antiindígena, dizem os responsáveis pela Comissão Pró-Índio, tem por objetivo derrubar as portarias assinadas pelo presidente da Funai, coronel Paulo Moreira Leal, estabelecendo as reservas nhambiquaras que somam 340 mil hectares — uma insignificância na imensidão do Mato Grosso.

O coronel baixou as três portarias (n.ºs 1.125, 1.126 e 1.127/E) em 27 de outubro de 1981, mas há poucas semanas autoridades federais e estaduais de Cuiabá — como o delegado do Inca, coronel Darci Alvares da Cunha, e o próprio secretário de Justiça, Sávio Brandão de Lima — anunciaram publicamente que os dispositivos garantindo a posse da terra pelos grupos nhambiquaras foram suspensos pela Funai. Em Brasília, entretanto, na sede do órgão, desmente-se a notícia.

Diante da disparidade das informações e da constatação de que "a situação na área nhambiquara é calamitosa", mais de 15 entidades indígenas — como as várias comissões estaduais Pró-Índio, a Comissão de Defesa do Povo Nhambiquara, o Conselho Indigenista Missionário — enviaram tele-

grama, semana passada, ao ministro Mário Andreazza, do Interior, e ao presidente da Funai, Moreira Leal, pedindo esclarecimentos sobre a real situação do problema.

Com a mesma finalidade, a professora Eunice Durhan, presidente da Associação Brasileira de Antropologia e membro da Comissão Pró-Índio paulista, visitará amanhã o presidente da Funai, em Brasília.

GRILAGEM

Os integrantes da Comissão Pró-Índio de São Paulo — Carmem Junqueira, Lux Vidal, Betty Mindlin, Vincent Carelli, Maria Helena Pimentel, Edgar Carvalho e a própria Eunice Durhan — denunciaram à "Folha" que "a área nhambiquara, onde no passado desenrolou-se um caso exemplar de massacre de índios, está agora sendo objeto de uma gigantesca operação de grilagem de terra". Por isso, acrescentam, é necessário que as autoridades federais façam cumprir o estabelecido nas portarias da Funai, garantindo a reserva desse povo.

A história das portarias da Funai tem sua origem na exigência estabelecida pelo Banco Mundial para financiar o "Projeto Pólo-Noroeste" ao governo brasileiro. Com base em um documento oficial da instituição — "Economic Development and Tribal Peoples — Human Ecologic Considerations" ("Desenvolvimento Econômico e Povos Tribais — Considerações Ecológicas e Humanas") — o Banco Mundial impôs no contrato de financiamento a condição de que as reservas nhambiquaras seriam oficialmente estabelecidas e respeitadas. Isto exatamente é o que não acontecerá, se prevalecerem os desejos do "lobby" que tem no secretário da Justiça do Mato Grosso seu maior animador.

Para a Comissão Pró-Índio, "se nesta contenda os inimigos dos indígenas saírem vencedores, o governo brasileiro será duplamente desprestigiado. No plano interno, porque não cumprirá um preceito constitucional que dá garantia de posse de terra aos grupos indígenas. E no plano externo, porque não estará cumprindo uma exigência contratual com uma instituição do porte do Banco Mundial. Estará, em suma, perdendo credibilidade", concluem os denunciantes.